

# Sumário

---

## PARTE I

### A SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

<b>Capítulo 1 – A Evolução da Proteção Social no Brasil</b> .....	3
1.1 DAS Primeiras regras de proteção até a constituição de 1988.....	4
1.2 A Lei Eloy Chaves.....	4
1.3 A Constituição de 1988 e a Seguridade Social.....	7
1.4 A criação do INSS e as primeiras reformas.....	9
1.5 A Emenda Constitucional n.º 20, de 1998 .....	10
1.6 O Fator Previdenciário e o novo período básico de cálculo .....	11
1.7 As Emendas Constitucionais n.ºs 41 e 47 .....	12
1.8 A Emenda Constitucional n.º 103, de 2019 .....	13
<b>Capítulo 2 – Princípios do Direito Previdenciário</b> .....	15
2.1 Princípios gerais de Direito Previdenciário .....	16
2.1.1 Princípio da solidariedade.....	16
2.1.2 Princípio da vedação do retrocesso social.....	16
2.1.3 Princípio da proteção ao segurado .....	17
2.2 Princípios Constitucionais da Seguridade Social.....	18
2.2.1 Universalidade da cobertura e do atendimento.....	18
2.2.2 Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais .....	19
2.2.3 Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.....	19
2.2.4 Irredutibilidade do valor dos benefícios .....	20
2.2.5 Equidade na forma de participação no custeio.....	20
2.2.6 Diversidade da base de financiamento.....	20
2.2.7 Caráter democrático e descentralizado da administração .....	21
2.3 Princípios específicos de custeio .....	21
2.3.1 Universalidade do custeio .....	21
2.3.2 Do orçamento diferenciado .....	22
2.3.3 Da precedência da fonte de custeio.....	23

2.3.4	Da compulsoriedade da contribuição.....	24
2.3.5	Da anterioridade tributária em matéria de contribuições sociais..	24
2.4	Princípios específicos de Previdência Social.....	25
2.4.1	Da filiação obrigatória .....	25
2.4.2	Do caráter contributivo .....	25
2.4.3	Do equilíbrio financeiro e atuarial.....	26
2.4.4	Da garantia do benefício mínimo .....	26
2.4.5	Da correção monetária dos salários de contribuição.....	27
2.4.6	Da preservação do valor real dos benefícios .....	27
2.4.7	Da facultatividade da previdência complementar .....	28
2.4.8	Da indisponibilidade dos direitos dos beneficiários.....	28
<b>Capítulo 3 – Aplicação das Normas de Direito Previdenciário .....</b>		<b>31</b>
3.1	Antinomias e critérios de solução .....	32
3.2	Lacunas do ordenamento e sua solução.....	32
3.3	Interpretação das normas .....	34
3.4	Vigência e eficácia das normas no tempo .....	35
3.5	Vigência e eficácia das normas no espaço.....	37
<b>Capítulo 4 – A Organização da Seguridade Social.....</b>		<b>41</b>
4.1	Sistema Nacional de Seguridade Social .....	41
4.2	Instituto Nacional do Seguro Social – INSS .....	41
4.3	Gestão descentralizada .....	42
4.4	Conselho Nacional de Previdência – CNP .....	43
4.5	Conselhos de Previdência Social – CPS.....	43
4.6	Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.....	44
4.7	Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.....	45
4.8	Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS .....	46
4.9	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF .....	47
<b>Capítulo 5 – Modelos e Regimes de Previdência .....</b>		<b>49</b>
5.1	Tipos de Sistemas.....	49
5.1.1	Sistemas contributivos e não contributivos.....	49
5.1.2	Sistemas contributivos de repartição e capitalização.....	50
5.1.3	Sistemas privados de previdência .....	50
5.2	Demais regimes previdenciários existentes no Brasil .....	51
5.2.1	Regimes de previdência de agentes públicos ocupantes de cargos efetivos e vitalícios.....	52
5.2.2	Regime Previdenciário Complementar .....	55
5.2.3	Regime dos Militares das Forças Armadas .....	58

## PARTE II

## O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

<b>Capítulo 1 – O Regime Geral de Previdência Social</b> .....	63
<b>Capítulo 2 – Beneficiários do RGPS: segurados e dependentes</b> .....	65
2.1 Segurados .....	65
2.1.1 Segurados obrigatórios.....	66
2.1.2 Segurados facultativos.....	71
2.1.3 A menoridade e a filiação como segurado .....	72
2.1.4 Aposentado que retorna à atividade .....	74
2.2 Dependentes .....	75
<b>Capítulo 3 – Filiação e Inscrição</b> .....	87
<b>Capítulo 4 – Manutenção e Perda da Qualidade de Segurado</b> .....	91
4.1 Tabela para verificação da manutenção da qualidade de segurado (período de graça legal) de acordo com as datas de recolhimentos vigentes.....	96
<b>Capítulo 5 – Tempo de Contribuição para Fins Previdenciários</b> .....	99
5.1 Prova do tempo de contribuição .....	104
5.2 Reconhecimento do tempo de filiação .....	107
5.3 Atividade rural e o regime de economia familiar.....	108
5.4 Tempo como aluno-aprendiz.....	114
5.5 Efeitos das decisões trabalhistas frente ao INSS.....	115
5.6 Contagem recíproca do tempo de contribuição .....	119
5.6.1 Requerimento de Certidão de Tempo de Contribuição – CTC ....	122
5.7 Justificação administrativa.....	123
<b>Capítulo 6 – Períodos de Carência</b> .....	127
6.1 Tabela de carência exigida até 2011 .....	137
6.2 Regras de contagem de carência de acordo com a forma de filiação .....	139
<b>Capítulo 7 – Concessão da Prestação Previdenciária</b> .....	143
7.1 Suspensão do benefício.....	147
7.2 Cancelamento do benefício.....	149
7.3 Programa de Revisão dos Benefícios por Incapacidade – PRBI.....	150
7.4 Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade.....	154
7.5 Abono anual.....	155
Quadro-resumo – abono anual.....	155

## PARTE III

## A POSTULAÇÃO NA VIA ADMINISTRATIVA

<b>Capítulo 1 – Processo Administrativo Previdenciário</b> .....	159
1.1 Da necessidade do processo administrativo .....	159
1.2 Preceitos e princípios do processo administrativo .....	159
1.3 Instrução do processo administrativo previdenciário e a quebra de sigilo do requerente .....	162
1.4 Do direito ao melhor benefício no âmbito administrativo .....	162
1.5 Das fases do processo administrativo .....	162
1.6 do requerimento administrativo .....	163
1.6.1 Das formas de agendamento/requerimento administrativo no INSS.....	165
1.6.2 Da titularidade para protocolo administrativo no INSS.....	166
1.6.3 Da representação por advogado nos processos administrativos....	167
1.6.4 Da proteção a pessoa com deficiência no requerimento administrativo .....	167
1.7 da carta de exigência.....	168
1.8 do cumprimento de exigências e da documentação em processos administrativos previdenciários .....	170
1.9 Requerimento de cancelamento do benefício.....	172
1.10 Requerimento de cópia integral do processo administrativo.....	172
1.11 Pedido de restituição ou compensação de contribuições pagas a maior....	173
1.12 da formalização do processo administrativo previdenciário .....	176
1.13 das comunicações aos interessados .....	177
1.14 do prazo para a decisão administrativa.....	177
1.15 decisão administrativa .....	178
1.16 Da prova no processo administrativo.....	179
1.16.1 Provas Documentais.....	181
1.16.2 Prova Testemunhal .....	182
1.16.3 Prova Pericial.....	184
1.17 Justificação Administrativa (JA).....	187
1.17.1 Justificação Administrativa para comprovação de tempo especial	190
1.17.2 Justificação Administrativa para exclusão de dependentes .....	191
1.17.3 Recurso em Justificação Administrativa.....	191
1.18 Pesquisa Externa.....	192
1.19 Reafirmação da data de Entrada do Requerimento (DER).....	192
1.20 Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) .....	193
1.20.1 Pedido de atualização dos dados do CNIS .....	195

<b>Capítulo 2 – Recursos no Âmbito Administrativo .....</b>	<b>203</b>
2.1 Regras gerais relativas aos recursos no âmbito do CRPS.....	206
2.2 Juntas de Recursos (1. <sup>a</sup> instância recursal).....	209
2.2.1 Recurso ordinário para a Junta de Recursos .....	210
2.3 Recurso Especial às Câmaras de Julgamento – CAJ (2. <sup>a</sup> instância recur- sal).....	214
2.4 Recursos ao Pleno do CRPS.....	214
2.4.1 Pedido de uniformização de jurisprudência no âmbito adminis- trativo .....	215
2.4.1.1 Pedido de uniformização de jurisprudência em tese.....	215
2.4.1.2 Pedido de uniformização de jurisprudência em matéria de direito.....	216
2.4.2 Reclamação ao Conselho Pleno.....	217
<b>Capítulo 3 – Prazos e Intimações no Âmbito Administrativo .....</b>	<b>219</b>
3.1 Dos prazos.....	219
3.2 Intimações no âmbito administrativo .....	220
<b>Capítulo 4 – Incidentes Processuais no Âmbito Administrativo .....</b>	<b>223</b>
4.1 Embargos de declaração.....	223
4.2 Pedido de correção de erro material.....	224
4.3 Revisão de ofício .....	225
4.4 ConflitoS de competência.....	225
4.5 Reclamação por não cumprimento da decisão .....	226
Fluxograma do processo administrativo .....	228

**PARTE IV**

**A POSTULAÇÃO NA VIA JUDICIAL –  
REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIASOCIAL – RGPS**

<b>Capítulo 1 – Concessão de Aposentadorias Voluntárias.....</b>	<b>237</b>
1.1 Aposentadoria por tempo de contribuição .....	240
1.1.1 Beneficiários .....	242
1.1.2 Período de carência.....	244
1.1.3 Data de início do benefício .....	245
1.1.3.1 Reafirmação da DER.....	246
1.1.4 Renda mensal inicial.....	247
1.1.5 Regras de Transição da Aposentadoria por Tempo de Contribuição – EC n.º 103/2019 .....	248
1.1.6 Aposentadoria do professor .....	252

1.1.6.1	A aposentadoria do professor e a aplicação do fator previdenciário.....	254
1.1.7	Regras de transição da aposentadoria dos professores.....	256
1.1.8	Principais demandas relacionadas à aposentadoria por tempo de contribuição.....	259
1.2	Aposentadoria por idade.....	262
1.2.1	Aposentadoria por idade do trabalhador rural.....	264
1.2.1.1	Aposentadoria por idade “mista” ou “híbrida” da Lei n.º 11.718/2008.....	268
1.2.2	Período de carência.....	270
1.2.3	Data de início do benefício.....	271
1.2.4	Renda mensal inicial.....	271
1.2.5	Principais demandas relacionadas à aposentadoria por idade.....	272
1.2.6	Sugestão de questionário para ações de concessão de benefício rural.....	273
1.2.7	Documentos e dados a serem solicitados para o segurado nas ações que envolvam trabalho rural.....	273
	Quadro-resumo – aposentadoria por idade.....	275
1.3	Aposentadoria especial.....	277
1.3.1	Beneficiários.....	282
1.3.2	Período de carência.....	284
1.3.3	Data de início do benefício.....	284
1.3.4	Renda mensal inicial.....	285
1.3.5	Conversão do tempo especial.....	286
1.3.6	Tipos de trabalho para enquadramento em atividade especial.....	289
1.3.7	Agentes nocivos.....	291
1.3.8	Enquadramento de atividade especial exposta ao agente nocivo ruído.....	292
1.3.9	Enquadramento de atividade especial exposta ao agente nocivo frio.....	294
1.3.10	Enquadramento de atividade especial exposta ao agente nocivo calor.....	295
1.3.11	Enquadramento de atividade especial exposta ao agente nocivo eletricidade e atividades perigosas previstas na CLT.....	297
1.3.12	Enquadramento de atividade especial exercida por vigilantes, vigias ou seguranças.....	299
1.3.13	Comprovação do exercício de atividade especial.....	300
1.3.13.1	Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT).....	305
1.3.13.2	Tabela de enquadramento legislativo do período de atividade especial.....	306

1.3.14	EC n.º 103/2019 e as regras de transição para a Aposentadoria Especial .....	306
	Quadro-resumo – aposentadoria especial.....	307
1.4	Aposentadoria aos segurados com deficiência.....	311
1.4.1	Beneficiários.....	315
1.4.2	Período de carência.....	315
1.4.3	Renda mensal inicial.....	316
1.4.4	Data de início do benefício .....	316
1.4.5	Principais demandas relacionadas à aposentadoria da pessoa com deficiência.....	317
	Quadro-resumo – aposentadoria aos segurados com deficiência.....	317
1.5	Aposentadoria dos segurados de baixa renda.....	319
1.6	Desaposentação.....	320
1.6.1	Demandas envolvendo a desaposentação – as ações rescisórias e a tentativa de condenação na devolução de valores recebidos de boa-fé pelos segurados.....	323
1.7	Reaposentação com base em novo implemento de requisitos.....	324
 <b>Capítulo 2 – Concessão e Restabelecimento de Benefícios por Incapacidade Laboral.....</b>		
2.1	Auxílio-doença.....	327
2.1.1	Perícia médica nos benefícios por incapacidade.....	331
2.1.2	Período de carência.....	337
2.1.3	Data de início do benefício .....	340
2.1.3.1	A data de início do benefício concedido judicialmente	341
2.1.4	Renda mensal inicial.....	344
2.1.5	Processo de reabilitação.....	345
2.1.6	Cessação do benefício.....	347
2.1.7	Sistema “Data Certa”, pedido de prorrogação e pedido de reconsideração .....	347
2.1.8	Situação trabalhista e problemas ligados ao “limbo” jurídico .....	353
2.1.9	Principais demandas relacionadas ao auxílio-doença.....	355
	Quadro-resumo – auxílio-doença.....	357
2.2	Aposentadoria por invalidez ou aposentadoria por incapacidade permanente .....	358
2.2.1	Período de carência.....	361
2.2.2	Data de início do benefício .....	362
2.2.3	Renda mensal inicial.....	363
2.2.4	Recuperação da capacidade de trabalho .....	366
2.2.5	Transformação da aposentadoria por invalidez em aposentadoria por idade .....	369

2.2.6	Principais demandas relacionadas à aposentadoria por invalidez.	371
	Quadro-resumo – aposentadoria por invalidez/aposentadoria por incapacidade permanente .....	372
2.3	Auxílio-acidente .....	373
2.3.1	Período de carência .....	376
2.3.2	Data de início do benefício .....	376
2.3.3	Renda mensal inicial .....	377
2.3.4	Suspensão e cessação do benefício.....	379
2.3.5	Principais demandas relacionadas ao auxílio-acidente.....	380
	Quadro-resumo – auxílio-acidente.....	381
2.4	Pontos destacados sobre Acidente do Trabalho e Doenças Ocupacionais.	382
2.4.1	Proteção acidentária no período pós-Constituição de 1988 .....	382
2.4.2	Conceito de acidente do trabalho .....	383
2.4.3	Doenças ocupacionais .....	385
2.4.4	Nexo causal e concausalidade .....	386
2.4.4.1	A presunção de nexo causal – Nexo Técnico Epidemiológico .....	388
2.4.5	Aspectos da proteção previdenciária à vítima de acidente .....	391
2.4.6	A comunicação do acidente de trabalho .....	392
2.4.7	Responsabilidade civil do empregador pelo acidente do trabalho	393
2.4.7.1	Com fundamento na responsabilidade subjetiva do empregador .....	394
2.4.7.2	Com fundamento na responsabilidade objetiva do empregador .....	394
2.4.7.3	A teoria do risco social – Cobertura pela previdência social.....	394
2.4.7.4	Responsabilidade penal.....	394
2.4.7.5	Sanções administrativas .....	395
2.4.8	Direito à indenização por acidente de trabalho e outros direitos decorrentes .....	395
2.4.9	Ação regressiva acidentária.....	406
2.5	Principais aspectos das ações de benefícios por incapacidade.....	408
<b>Capítulo 3 – Concessão de Benefício Assistencial ao Idoso e ao Deficiente – Loas .....</b>		
		429
3.1	Benefício de Prestação Continuada ao Idoso e ao Deficiente – LOAS.....	429
	Quadro-Resumo – BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	439
3.2	Benefício Assistencial ao Trabalhador Portuário Avulso .....	441
3.3	Auxílio-Inclusão aos Portadores de Deficiência.....	442
3.4	Principais demandas relacionadas a esses benefícios.....	443



<b>Capítulo 4 – Concessão de Benefícios de Proteção à Família e à Maternidade..</b>	<b>445</b>
4.1 Pensão por morte.....	445
4.1.1 Requisitos para a concessão do benefício.....	445
4.1.2 Pensão provisória em caso de morte presumida.....	447
4.1.3 Direito à pensão quando o segurado esteja inadimplente com a Previdência.....	448
4.1.4 Habilitação de beneficiários.....	450
4.1.5 Pensão ao dependente viúvo do sexo masculino.....	452
4.1.6 Existência simultânea de dependentes cônjuges, ex-cônjuges e companheiros.....	452
4.1.7 Comprovação da união estável e homoafetiva.....	454
4.1.8 A Lei n.º 13.135/2015 e a limitação do acesso ao benefício.....	455
4.1.9 Direito à pensão do menor sob guarda.....	456
4.1.10 Direito à pensão do filho ou irmão inválido.....	457
4.1.11 Pensão em favor dos pais.....	458
4.1.12 A revogação da dependência de pessoas designadas.....	458
4.1.13 Período de carência.....	458
4.1.14 Data de início do benefício.....	459
4.1.15 Renda mensal inicial.....	460
4.1.16 Cessação do benefício.....	464
4.1.17 Perda do direito à pensão por morte.....	466
4.1.18 Pensão por morte decorrente de acidente de trabalho.....	466
4.1.19 Despens�o.....	466
Quadro-resumo – pensão por morte.....	468
4.2 Auxílio-reclusão.....	472
4.2.1 Período de carência.....	477
4.2.2 Data de início do benefício.....	478
4.2.3 Renda mensal inicial.....	478
4.2.4 Cessação e suspensão do benefício.....	479
4.2.5 Principais demandas relacionadas à pensão e ao auxílio-reclusão	480
Quadro-resumo – auxílio-reclusão.....	480
4.3 Salário-Maternidade.....	482
4.3.1 Período de carência.....	486
4.3.2 Duração do salário-maternidade.....	487
4.3.3 Prorrogação do salário-maternidade por mais sessenta dias.....	489
4.3.4 Prazo para requerimento do salário-maternidade.....	490
4.3.5 Renda mensal inicial.....	490
4.3.6 Cessação do benefício.....	492
4.3.7 Extensão do salário-maternidade em caso de adoção.....	492
4.3.8 Prazo de decadência em relação ao salário-maternidade.....	493

4.3.9	Principais demandas relacionadas ao salário-maternidade .....	494
	Quadro-resumo – salário-maternidade .....	495
4.4	Salário-família .....	496
4.4.1	Período de carência .....	498
4.4.2	Data de início do benefício .....	498
4.4.3	Renda mensal inicial .....	498
4.4.4	Perda do direito .....	499
4.4.5	Principais demandas relacionadas ao salário-família .....	499
	Quadro-resumo – salário-família.....	500
<b>Capítulo 5 – Regras Gerais sobre Acumulação e Cálculo dos Benefícios e Ações</b>		
	<b>Revisonais</b> .....	503
5.1	Acumulação de benefícios.....	503
5.2	Cálculo do valor dos benefícios.....	508
5.2.1	Definições iniciais para o cálculo dos benefícios: salário de contribuição, salário de benefício, período básico de cálculo, coeficiente de cálculo e renda mensal inicial.....	508
5.2.1.1	Atividades concomitantes .....	515
5.2.1.2	Fórmula de cálculo do salário de benefício .....	519
5.2.1.3	Período básico de cálculo.....	519
5.2.2	Fator previdenciário .....	520
5.2.2.1	Fórmula de cálculo do fator previdenciário .....	522
5.2.2.2	Afastamento da incidência do fator previdenciário com base na fórmula 85/95 progressiva.....	523
5.2.2.2.1	Exclusão do fator previdenciário em relação aos professores .....	524
5.2.2.2.2	Afastamento da incidência do fator previdenciário na parcela referente ao tempo de serviço especial .....	527
5.3	Tabela resumida com a forma de cálculo dos salários de benefício após a Lei n.º 9.876, de 28.11.1999 .....	527
5.4	Renda mensal inicial .....	528
5.4.1	Tabela de coeficiente de cálculo dos benefícios desde 1979 até o advento da EC n.º 103/2019.....	531
5.5	Valor-limite dos benefícios.....	531
5.6	Reajustamento e Revisão do Valor dos Benefícios.....	532
5.6.1	Índices de correção dos salários de contribuição (ORTN-OTN)....	535
5.6.2	Aplicação do IRSM de fevereiro de 1994.....	535
5.6.3	Apuração da renda mensal inicial do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez: art. 29, II, da Lei n.º 8.213/1991 .....	537

5.6.4	Revisão com inclusão do 13.º salário e do adicional de férias na base de cálculo do salário de benefício .....	539
5.6.5	Revisão com base na concessão do benefício mais vantajoso – Tese do “melhor benefício” .....	541
5.6.6	Ampliação do período básico de cálculo do salário de benefício – “Tese de uma vida toda” .....	543
5.6.7	Inclusão do adicional de 25% ao aposentado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa.....	544
5.6.8	Primeiro reajuste após a concessão do benefício.....	546
5.6.9	Utilização do tempo especial convertido para comum no coeficiente de cálculo da aposentadoria por idade .....	547
5.6.10	Não incidência do fator previdenciário nas aposentadorias por tempo de contribuição concedidas com base nas regras de transição da EC n.º 20/1998 .....	548
<b>Capítulo 6 – Ações sobre a Aplicação do Limite Máximo de Benefício (teto)....</b>		<b>551</b>
6.1	Valor-limite dos benefícios previdenciários (teto).....	551
6.2	Ação para aplicação dos novos tetos trazidos pelas emendas constitucionais n.º 20/1998 e n.º 41/2003 nos benefícios concedidos anteriormente.....	552
6.3	“Buraco negro”.....	554
6.4	“Buraco verde” e primeiro reajustamento com o incremento legal.....	556
6.5	Tabela de tetos desde 1982 .....	558
<b>Capítulo 7 – Benefícios Extintos e Teses Superadas.....</b>		<b>561</b>
7.1	Benefícios Extintos.....	561
7.1.1	Renda mensal vitalícia.....	561
7.1.2	Auxílio-natalidade.....	562
7.1.3	Auxílio-funeral.....	562
7.1.4	Pecúlio.....	563
7.1.5	Abono de permanência em serviço .....	563
7.1.6	Aposentadorias diferenciadas.....	564
7.2	Majoração do coeficiente de cálculo da pensão por morte .....	565
7.3	Demais revisões decorrentes da Lei n.º 9.032/1995.....	566
7.4	Reajustamento dos benefícios pelos índices integrais do IGP-DI nos meses de junho de 1997, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003.....	566
7.5	Conversão dos benefícios em URV .....	567
7.6	Reajustes quadrimestrais – IRSM – Leis n.os 8.542/1992 e 8.700/1993.....	567
7.7	Expurgos inflacionários de janeiro/1989, março/abril/maio/1990 e fevereiro/1991 .....	568
7.8	Súmula n.º 260 do Tribunal Federal de Recursos.....	568
7.9	Aplicação do art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	569

7.10	Atualização monetária dos doze últimos salários de contribuição para os benefícios concedidos anteriormente à constituição de 1988 .....	570
7.11	Manutenção do valor real dos benefícios mediante a equivalência do valor dos benefícios em números de salários mínimos .....	570
7.12	Valor mínimo dos benefícios.....	571
7.13	Gratificação natalina de 1988/1989 .....	571
7.14	URP de fevereiro de 1989.....	571
7.15	Reajuste de setembro de 1991 – abono da Lei n.º 8.178/1991.....	572
7.16	Reajustes pelo salário mínimo de referência .....	572
7.17	Autoaplicabilidade do art. 202, caput, da Constituição Federal de 1988 ....	572
7.18	Renda mensal inicial da aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença.....	573
7.19	Desaposentação.....	573
7.20	Troca de Aposentadoria ou Reaposentação .....	574
<b>Capítulo 8 – Aspectos Processuais .....</b>		<b>575</b>
8.1	Ações previdenciárias .....	575
8.1.1	Competência para as ações previdenciárias .....	576
8.1.1.1	Prestações comuns previdenciárias.....	577
8.1.1.2	Competência federal delegada.....	577
8.1.1.3	Ações acidentárias.....	579
8.1.1.4	Causas referentes a benefício assistencial.....	580
8.1.1.5	Ações envolvendo benefícios de entidades fechadas de previdência complementar.....	581
8.1.1.6	Aplicação da Lei dos JEFs em caso de delegação de competência.....	582
8.2	Prévio requerimento na via administrativa.....	583
8.3	Atraso processual causado pelo retorno à via administrativa.....	585
8.4	Juizados Especiais Federais.....	586
8.4.1	Competência dos JEFs .....	588
8.4.2	Valor da causa .....	589
8.4.3	Renúncia .....	590
8.4.4	Legitimidade.....	591
8.4.5	Sentença líquida .....	592
8.4.6	Cumprimento de sentença nos JEFs.....	592
8.4.7	Nulidades.....	593
8.4.8	Custas e honorários advocatícios.....	593
8.5	Gratuidade da Justiça .....	595
<b>Capítulo 9 – Prescrição e Decadência .....</b>		<b>599</b>
9.1	Prescrição do Direito ÀS Prestações .....	599

9.2	A MP n.º 871/2019 (convertida na Lei n.º 13.846/2019) e a violação aos direitos do pensionista menor, incapaz ou ausente .....	603
9.3	Decadência do Direito à Revisão do Cálculo de Benefício Previdenciário .....	604
9.3.1	Evolução legislativa .....	604
9.3.2	Da aplicação do instituto da decadência no Direito Previdenciário brasileiro .....	608
9.3.3	Da decadência no caso das ações para contagem ou averbação de tempo de serviço/contribuição .....	610
9.3.4	Prazo para revisão de benefício antecedente em caso de pensão por morte .....	613
9.3.5	Da possibilidade de interrupção do prazo decadencial para revisão do ato de concessão nos casos de requerimento administrativo...	614
9.3.5.1	Da definição de causa interruptiva de prazo prescricional ou decadencial e da possibilidade de sua criação expressa por lei .....	615
9.3.6	Hipóteses de aplicação do prazo de decadência na via administrativa .....	617
9.3.7	Prazo decadencial para o INSS rever seus atos.....	618
9.3.8	Conclusões sobre os institutos da prescrição e da decadência .....	621
<b>Capítulo 10 – Execução de Sentença e Pagamentos dos Valores Devidos pelo INSS .....</b>		
	INSS .....	623
10.1	Evolução legislativa .....	623
10.2	Atualização dos valores pagos em atraso .....	625
10.3	Requisição de Pequeno Valor (RPV) .....	627
10.4	Pagamento por precatório .....	630
10.5	pagamento de honorários contratuais e sucumbenciais .....	631
10.6	preferência no pagamento de requisições (RPV ou precatório).....	632
10.7	Do saque e levantamento dos depósitos (RPVs e precatórios) .....	633
10.8	retenção de imposto de renda em saque de requisição (rpv ou precatório).....	634
10.9	Complemento positivo .....	636
10.10	Período entre a data da elaboração da conta e da inscrição do precatório – juros de mora e correção monetária .....	637
10.11	Coisa Julgada Previdenciária.....	637
10.12	Execução do Julgado .....	643
10.13	Intangibilidade dos valores pagos ao autor da demanda previdenciária.....	645
10.14	Devolução de benefícios previdenciários recebidos por força de tutela provisória posteriormente revogada .....	648
<b>Capítulo 11 – Recursos no Procedimento Comum e nos Juizados Especiais Federais .....</b>		
	Federais .....	651
11.1	Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais e recursos de sua competência .....	651

11.1.1	Recurso de medida cautelar ou tutela provisória (agravo) .....	655
	Quadro-resumo: recurso de medida cautelar ou tutela provisória (agravo).....	655
11.1.2	Aspectos destacados do recurso da sentença (recurso inominado).....	655
	Quadro-resumo recurso contra sentença (recurso inominado) .....	658
11.1.3	Mandado de Segurança nos Juizados Especiais Federais .....	659
	Quadro-resumo mandado de segurança .....	660
11.2	Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais e recursos de sua competência.....	661
11.2.1	Aspectos destacados do Incidente Regional de Uniformização de Jurisprudência .....	661
	Quadro-Resumo – Incidente Regional de Uniformização de Jurisprudência .....	663
11.3	Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais – TNU.....	665
11.3.1	Jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.....	668
11.3.2	Pedido de Uniformização de interpretação de Lei Federal (PEDILEF) para a Turma Nacional de Uniformização dos JEFs – TNU .....	670
	Quadro-resumo-pedido de uniformização de interpretação de lei federal.....	673
11.3.3	Agravo Regimental nas Turmas.....	676
	Quadro-resumo – agravo regimental.....	677
11.3.4	Agravo nos próprios autos em face da decisão de inadmissão do Pedido de Uniformização Regional ou Nacional .....	677
11.3.5	Agravo Interno em face da decisão de Inadmissibilidade do Pedido de Uniformização Regional ou Nacional .....	677
11.3.6	Reclamação.....	678
11.4	Incidente de Uniformização de Jurisprudência ao Superior Tribunal de Justiça – STJ.....	680
11.4.1	Aspectos destacados do Incidente de Uniformização de Jurisprudência para o STJ .....	681
	Quadro-resumo – incidente de uniformização de jurisprudência para o stj.....	682
11.5	Recurso Extraordinário (RE) no rito dos Juizados Especiais Federais .....	683
11.5.1	Aspectos destacados do Recurso Extraordinário.....	685
	Quadro-resumo – recurso extraordinário.....	687
11.6	Destaques Processuais e Recursais dos JEFs .....	688
11.7	O Novo CPC e seus reflexos nos Juizados Especiais Federais .....	690
11.8	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).....	700
11.9	Apelação .....	703
11.9.1	Da tramitação da apelação nos tribunais .....	706
	Quadro-resumo – apelação.....	708
11.10	Reexame Necessário.....	709

11.11 Recurso Especial.....	710
Quadro-resumo – recurso especial .....	717
11.12 Recurso Extraordinário no procedimento comum.....	718

**PARTE V**

**MODELOS DE REQUERIMENTOS, PETIÇÕES E RECURSOS**

<b>Bibliografia.....</b>	<b>1103</b>
<b>Anexo.....</b>	<b>1111</b>
Tabelas de contribuições mensais.....	1111
Contribuições dos segurados contribuintes individuais e facultativos.....	1111
Salário-família.....	1112
Benefícios.....	1112
Fator previdenciário – 2019.....	1114